

ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DA RESIDÊNCIA EM PSICOLOGIA NO HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE

Maiara Nawroski dos Santos
maiaranawroski@gmail.com

Marianne Bonilha
Gylda Sunhog Orsi
Angelita Wisnieski da Silva
Katlleen Passos de Oliveira

Resumo: A violência é uma ameaça ao direito à vida e à saúde da criança e do adolescente. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, tem como princípio o direito da criança de crescer em condições dignas de existência e livres de qualquer forma de violência. Entende-se por violência, quaisquer atos ou omissões dos pais, responsáveis, instituições e sociedade, que redundem em dano físico, emocional, sexual, moral ou negligência. Tendo isso em vista, as diretrizes do Ministério da Saúde instituíram serviços especializados de referência para a atenção integral à saúde de crianças e suas famílias em situação de violência (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). Estes serviços devem fornecer cuidado humanizado e atenção multiprofissional de equipes capacitadas ao acolhimento, atendimento, notificação de casos suspeitos ou confirmados e seguimento do caso em rede intersetorial. A notificação é um importante instrumento de proteção e de garantia de direitos à criança, é obrigatória e de responsabilidade do profissional de saúde, e deve ser comunicada a ocorrência à autoridade competente, mediante o envio de uma via da ficha (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012). **Relato de experiência:** O Hospital Pequeno Príncipe (HPP) faz parte da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco, visando contribuir para a redução da violência contra essa população, especialmente no que tange ao ambiente intrafamiliar. O HPP atende situações de negligência, violência física, sexual e autoagressão, sendo referência para o atendimento de violência sexual a população até 12 anos completos (LAVORATTI, 2016). Em 2021, o HPP atendeu 618 crianças e adolescentes por suspeita de abuso e maus-tratos, sendo que, dentre estes, 344 chegaram a instituição por violência sexual. Ainda, no que diz respeito a dados epidemiológicos, os casos de autoagressão tiveram um aumento de 278% de 2020 para 2021 (HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE, 2022). O Serviço de Psicologia do HPP conta com 11 psicólogas e 3 psicólogos residentes e faz parte da equipe multidisciplinar que atende as notificações de violência que dão entrada na instituição. Os atendimentos a esta demanda podem ocorrer em dois momentos distintos: durante a internação, acolhendo os pacientes e familiares junto aos demais profissionais da equipe de atenção, realizando atendimentos individuais, interconsultas e consultas conjuntas; e por meio do atendimento ambulatorial após a alta hospitalar, prestado pelo Ambulatório Proteger. Este serviço faz o acompanhamento desses pacientes visando a diminuição do sofrimento oriundo da experiência vivenciada bem como das possíveis sequelas nos diversos âmbitos de suas vidas a longo prazo (HPP, 2022). Em razão da alta demanda existente, o ambulatório prioriza os casos de violência sexual perpetrados por figuras parentais por entender que a relação com o

agressor caracteriza-se como um fator de risco para sequelas em vista o papel significativo ocupado por esses indivíduos no universo afetivo da criança e do adolescente (ADED, *et al.*, 2006). Outras prioridades de atendimento são os casos de ideação e tentativa de suicídio que indiquem a existência de risco iminente à vida da criança e do adolescente que são usuários exclusivamente SUS. Durante o internamento, a Equipe Médica realiza o pedido de consulta para a Equipe de Psicologia que sinaliza qual psicóloga ficará responsável pelo caso. Já no ambulatório, ficam responsáveis pelos atendimentos de seguimento a psicóloga de referência e as psicólogas residentes. Nos casos encaminhados para o Ambulatório Proteger, o Serviço de Psicologia faz atendimentos psicoterapêuticos semanais. Durante os atendimentos são utilizados como recursos para avaliação e acompanhamento: ludodiagnóstico e ludoterapia, entrevistas individuais com o paciente e seus responsáveis e interconsultas com a equipe assistencial (médicos, residentes, enfermeiros e serviço social). Em discussão multiprofissional são avaliados caso a caso o encaminhamento adequado. A fim de desenvolver as habilidades e competências necessárias para os atendimentos desta população, as psicólogas residentes são acompanhadas semanalmente pela psicóloga de referência por meio de supervisões nas quais os casos são apresentados e são discutidos os melhores manejos para o seguimento. Com o objetivo de assegurar que estes pacientes recebam uma atenção humanizada e com qualidade técnica, recomenda-se que todos os profissionais da equipe de saúde estejam envolvidos em projetos de capacitação permanentes, visando a educação continuada em relação à temática da violência infantojuvenil. Para isso, desde 2006 o HPP realiza a campanha “Pra Toda Vida”, que busca dar visibilidade para as ações de combate à violência desenvolvidas pela instituição, por meio da criação de manuais e palestras direcionadas a profissionais da saúde e educação. Entende-se que a promoção desses espaços de discussão e aprendizagem fornecem segurança aos profissionais em relação ao trabalho realizado, bem como evita que os pacientes passem por revitimizações (BRASIL, 2017). Ademais, a campanha citada também produz livros de autoproteção voltados para o público infantojuvenil e promove a mobilização da comunidade pela divulgação de materiais relacionados ao tema por diferentes vias (HPP, 2022).

PALAVRAS-CHAVE: VIOLÊNCIA; CRIANÇA; HOSPITAL.

REFERÊNCIAS

ADED, Naura Liane de Oliveira. *et al.* Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. **Revista Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 4, n. 33, p. 204-2013, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-60832006000400006>

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. **Diário Oficial**, Brasília, 2017. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/lei/l13431.htm.

HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE. **Campanha Pra Toda Vida**. Pequenoprincipe.org.br. Disponível em: <<https://pequenoprincipe.org.br/pratodavida/campanha-para-toda-vida/>>. Acesso em: 5 set. 2022.

LAVORATTI, Cleide. Tecendo a rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de risco para a violência do município de Curitiba/PR. **Revista Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 1-24, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/nep.v2i3.47246>

POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA. *In*: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA**: Orientações para implementação. 1. ed. Brasília, 2018. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2018/07/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-Integral-%C3%A0-Sa%C3%BAde-da-Crian%C3%A7a-PNAISC-Vers%C3%A3o-Eletr%C3%B4nica.pdf>. Acesso em:

SAÚDE DA CRIANÇA: CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO: Cadernos de Atenção Básica, nº 33. *In*: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **SAÚDE DA CRIANÇA: CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO**: Cadernos de Atenção Básica, nº 33. versão eletrônica. 1. ed. Brasília, 2012. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf. Acesso em: